

RESUMO

Trata da mesa redonda realizada no dia 08 de junho pelo Arquivo Público do Estado da Paraíba, inserida na 4ª Semana Nacional de Arquivos (SNA), proposta pelo Arquivo Nacional. Os palestrantes foram o Professor da UEPB, Josemar Henrique de Melo, e a Diretora do Arquivo Público da Paraíba, Naiany Carneiro. O mediador foi o arquivista Pablo Matias Bandeira. Versou sobre as atividades do Arquivo Público, bem como sua participação na implantação do projeto Digital PB. Essa edição da SNA não pôde ser realizada presencialmente, devido à pandemia do covid-19 e à necessidade de isolamento social. Portanto, o debate foi produzido *on line* com participação ao vivo e está disponível para acesso na página do Grupo de Estudos Arquivísticos (GEArq) no Youtube. Segundo informações do site, constam 383 visualizações.

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivo Público. Planejamento arquivístico.

ABSTRACT

It deals with the round table held on June 8 by the Public Archives of the State of Paraíba, inserted in the 4th National Week of Archives (SNA), proposed by the National Archives. The speakers were: UEPB professor, Josemar Henrique de Melo, Director of the Public Archive of Paraíba, Naiany Carneiro and as mediator the archivist, Pablo Matias Bandeira. It dealt with the activities of the Public Archives, as well as their participation in the implementation of the Digital PB project. This edition of the SNA cannot be carried out in person due to the covid-19 pandemic and the need for social isolation. Therefore, the debate was produced online with live participation, being available for access on the Archival Studies Group (GEArq) page on Youtube. According to information on the website there are 383 views.

Keywords: Archival science. Public Archive. Archival planning.

¹ Memória Científica da 4ª Semana Nacional de Arquivos -Paraíba.

² Doutor em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em Ciência da Informação pela UFPB. Graduado em História pela UFPE. Atualmente é professor do Curso de Bacharelado em Arquivologia da UEPB.

³ Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente é professora do Curso de Arquivologia da UEPB e Diretora do Arquivo Público Estadual da Paraíba (APEPB).

⁴ Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Arquivologia e História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). <https://orcid.org/0000-0001-8629-7703>

A ideia de um local que custodie toda a documentação produzida e recebida pelo Estado é uma construção antiga, pois, desde o momento em que se produziu material escrito, foi necessário guardar como prova, como evidência dos fatos realizados. Entretanto, a institucionalização desse espaço como um órgão na estrutura hierárquica do Estado, principalmente, com a construção de um conhecimento, é uma criação do Século XIX.

Os Arquivos Públicos são lugares de memória, reservados para armazenar os documentos arquivísticos produzidos e recebidos pelo Estado. Além disso, são responsáveis por elaborar políticas arquivísticas para todos os organismos estatais. Atua em dois momentos: um administrativo e outro de memória e cultura. Em sua labuta, sedimentou-se um conhecimento sobre as formas de tratar seu objeto: o documento arquivístico, independentemente do seu suporte.

Desde 2018, o estado da Paraíba conta com uma instituição desse porte, criada a partir da Lei Estadual nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018. O Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB) vem desenvolvendo uma série de atividades, além de participar, de maneira colaborativa, com outros órgãos da administração pública estadual para que a Paraíba possa ter uma política arquivística adequada às suas necessidades de estrutura. Na 4ª Semana Nacional de Arquivos (SNA), apresentou uma Mesa Redonda em que falou brevemente sobre essa caminhada.

Nesse relato, consta a apresentação que ocorreu durante a 4ª SNA, promovida pelo APEPB, em colaboração com o Grupo de Estudos Arquivísticos (GEArq⁵) que, junto com diversas outras instituições paraibanas, construiu coletivamente um calendário desse evento. Ressalte-se que, nesse ano, o evento realizou-se on line, devido à pandemia de covid-19 instalada no país. A apresentação encontra-se na página do GEArq no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=jjeFnrcYKmc&t=136s>, que, até a finalização deste artigo, tinha 383 visualizações.

2 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA: *planejamento, metas e ações*

Iniciando a palestra, a Diretora do APEPB fez um breve relato sobre a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB). Sabe-se que foi um longo caminho percorrido, até que fosse institucionalizado legalmente. Há registros de que, desde a década de 1970, houve algumas iniciativas encabeçadas por profissionais e entidades ligadas aos arquivos, com o intuito de criar um local de custódia dos documentos públicos. Esse grupo tinha consciência da relevância de um espaço para guardar os documentos como fator preponderante para salvaguardar a história/memória da sociedade Paraibana.

Com o passar do tempo, algumas iniciativas consideradas recentes se destacaram nesse contexto. Dentre elas, um trabalho desenvolvido por uma Comissão Provisória criada no I Encontro sobre Gestão de Documentos, em que foi discutido o tema ‘Por uma política estadual de Arquivos Públicos’. O referido evento foi organizado pelo Departamento de Documentação e Arquivo, da Fundação Casa de José Américo, no período de 28 a 31 de março de 2011. Depois do Encontro, um grupo de profissionais vinculados a vários órgãos da Administração Pública, incluindo a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - porque

⁵ O Grupo de Estudos Arquivísticos (GEArq) é formado por profissionais de vários órgãos estatais, além de professores dos Cursos de Arquivologia da UFPB e da UEPB. Seu objetivo é de refletir e debater sobre a Arquivologia, de propor ações e eventos na mesma área de conhecimento e apoiar o Arquivo Público do Estado da Paraíba em suas atividades.

ofertam o Curso de Arquivologia - decidiu contribuir para solucionar um dos maiores problemas relacionado aos documentos produzidos na Paraíba: a falta de uma gestão documental.

Na literatura arquivística a Gestão documental, resumidamente, é um conjunto de operações técnicas e metodológicas com foco nos documentos de arquivo, que visa tratar dele, desde sua produção até a destinação, com a finalidade de organizar os documentos, para promover o acesso às informações que ele contém.

É sabido que são muitos os benefícios de uma gestão documental (GD) efetiva. Numa visão mais ampla, a GD promove a transparência pública, a eficiência administrativa, a economia de recursos (Archiveconomia), a preservação da memória e, conseqüentemente, o estímulo ao exercício da Cidadania.

Como fruto do grande engajamento do referido grupo, foi criado o APEPB, por meio da Lei nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018, e implantado o Sistema Estadual de Arquivos – SisArq-PB, ambos no âmbito da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Governo – SEGOV. A missão do APEPB é de aprovar, implantar e aplicar as políticas arquivísticas - gestão documental e acesso à informação, entre outras - no âmbito do Poder Executivo do estado da Paraíba, e tem como pilar básico de sua atuação a instauração do Processo de Gestão dos Documentos do Poder Executivo Estadual.

O APEPB surge, então, como um órgão que tem a competência de definir as diretrizes da política de arquivos públicos e privados de interesse público e social, que deverão ser cumpridas pelo Poder Executivo Estadual, tendo como objetivo primário atender às múltiplas demandas de acesso à informação.

Em outras palavras, o APEPB visa contribuir efetivamente com as ações e as decisões governamentais e o apoio ao cidadão na defesa de seus direitos, a partir da gestão, da preservação e do acesso aos documentos produzidos, recebidos ou acumulados pelo Estado, além do incentivo à produção de conhecimento científico e cultural, por meio de divulgação do seu acervo de valor permanente. Convém enfatizar que o APEPB, como um órgão normatizador, deve promover a eficiência administrativa, a transparência das ações do Poder Executivo e a economia dos recursos públicos, monitorar a atuação da gestão, com vistas a conduzir as Políticas Públicas, e prestar serviços de interesse da sociedade.

A criação de um arquivo público se justifica por essas e outras razões, e a Paraíba, como um Estado de direito, tinha uma dívida histórica com seu povo, visto que éramos o único estado do Brasil onde não existia um Arquivo Público. A recente criação do APEPB é um marco para a Sociedade Paraibana e um órgão que deve conquistar seu espaço e o reconhecimento que lhe é devido, portanto deve estar ligado hierarquicamente à mais alta administração.

Em termos de atuação, o APEPB trabalha de forma equilibrada em duas linhas de trabalho: A Gestão documental e a Preservação dos acervos de valor permanente, com fins de acesso e promoção da participação social e exercício da cidadania. Quanto à constituição da equipe de trabalho, atualmente o APEPB só conta com a Diretoria Executiva e as duas Gerências Executivas, por isso necessita das outras nomeações relacionadas às Gerências Operacionais.

Quanto às metas estabelecidas pelo APEPB, priorizamos a garantia do respeito e de obediência à legislação e às normas arquivísticas pela administração estadual, no trato com os documentos, através da reunião de um corpo de leis e da criação de normas arquivísticas que deverão orientar a gestão documental na administração estadual, bem como elaborar os manuais que deverão instruir o trabalho arquivístico no cotidiano das instituições.

De igual modo, estamos firmando diversas parcerias para orientar os processos de implantação dos Sistemas Informatizados de Gerenciamento Arquivístico de Documentos

(SIGAD), a fim de que esses sistemas sejam implantados atendendo aos requisitos preconizados pelo e-Arq Brasil. Além disso, iremos apoiar a criação dos Planos de Classificação e da Tabela de Temporalidade das atividades finalísticas de cada órgão e capacitar as Comissões Permanentes de Avaliação e do Sistema de Arquivos.

Por fim, buscamos estabelecer as políticas de tratamento, preservação e difusão do acervo documental da administração estadual, com o desenvolvimento de ações de guarda, conservação, transferência, recolhimento e eliminação além da realização de ações contínuas de produção de instrumentos de pesquisa e de divulgação do acervo documental.

No que se refere às ações desenvolvidas e em desenvolvimento, os documentos oficiais foram encaminhados com vias para publicação por meio de Decreto dos seguintes atos normativos: Formalização do Regimento Interno, Regulamentação do Conselho Estadual de Arquivos da PB (CEArq) e Regulamentação do Cargo de Arquivista e Técnico de Arquivo, visto que, no estado, não existe o cargo de arquivista, e a publicação do Decreto para a criação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD).

Vale ressaltar a importância das parcerias com os mais diversos órgãos e instituições, como a Secretaria de Administração do Estado (SEAD), a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia (SEECT), a Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA), a Fundação Casa de José Américo (FCJA) e as Universidades Estadual (UEPB) e Federal (UFPB) por meio do Grupo de Apoio ao APEPB.

Dentre as parcerias citadas, atualmente o APEPB tem participado do projeto 'Paraíba Digital'. Uma de suas frentes de trabalho tem sido a implantação do PBdoc, um projeto-piloto para a gestão de documentos digitais produzidos pela Administração Pública.

3 APEPB E O PROJETO DIGITAL PB

Em sua fala, o palestrante Josemar Henrique discorreu sobre a participação do APEPB nas discussões para implantar o sistema de produção e tramitação dos documentos nato-digitais que o estado da Paraíba irá colocar à disposição na administração estadual. Ressaltou a importância dessa participação, porque um sistema para essa atividade necessita dos elementos arquivísticos a fim de que o documento consiga manter, ao longo de seu ciclo de vida, suas características arquivísticas e preservar a segurança jurídica, pois a autenticidade, a integridade e a confiabilidade desse documento perpetuarão. Além disso, o documento produzido pelo Estado, independentemente do seu suporte, continuará sendo um documento arquivístico e obedecendo às funções arquivísticas. Por isso, é tão importante um diálogo interdisciplinar na constituição de softwares de gestão de documentos.

A Paraíba tem um déficit de memória, pois, devido ao histórico de descaso com a própria documentação, já passou por perdas irreparáveis. Os arquivos públicos são vistos, normalmente, como instituições que só cuidam do documento em suporte de papel, e as instituições desconhecem suas reais atividades e possibilidades. Destaque-se que as instituições arquivísticas e os Cursos de Arquivologia têm criado normas, requisitos e padrões não só para os documentos analógicos como também para os arquivísticos digitais.

A preocupação do APEPB é de evitar que essas perdas sejam reproduzidas nos documentos digitais, que são mais frágeis e necessitam de requisitos, normas e padrões específicos na elaboração dos softwares para manter os documentos ao longo do tempo. Para isso, o APEPB tem um grupo de apoio formado por pessoas das mais diversas instituições estaduais e federais, incluindo o palestrante.

O APEPB foi convidado a participar da Comissão Gestora para implantar um software de produção, tramitação e armazenamento dos documentos digitais para a administração pública paraibana. Esse sistema foi criado pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, e a versão trazida para a Paraíba passou por alterações realizadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo para se enquadrar nos requisitos arquivísticos. É um software de governo com o código aberto para instituições públicas.

Durante os meses de janeiro e fevereiro, a Comissão Gestora, sob a coordenação da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA), reuniu-se para definir as estratégias necessárias para implantar esse software. Ressalte-se que o Estado nunca fez gestão documental, portanto, não tem os instrumentos de gestão - o plano de classificação de documentos e a tabela de temporalidade- que são elementos importantes para organizar o acervo e produzir os tipos documentais em suporte digital.

Como representante do APEPB na Comissão, o palestrante apresentou as necessidades que deveriam ser atendidas antes da implantação, pois detectamos várias demandas preliminares, razão por que era importante estabelecer uma pré-implantação, e esses requisitos foram aceitos pela Comissão. Primeiramente, deveria ser criado um protocolo único para o estado, com o intuito de evitar a diversidade de números de protocolo que existem hoje no decorrer da tramitação dos documentos entre instituições. Essa é uma característica da falta de centralidade entre os órgãos da administração pública. Para o documento digital, é importante que se tenha apenas um número de protocolo no processo para manter sua autenticidade e integridade.

Em segundo lugar, foi feita uma proposta para criar o plano de classificação e a tabela de temporalidade para o Estado. Esses dois instrumentos de gestão documental serão fulcrais para a implantação, porquanto auxiliam a fazer diversos procedimentos e a manter a cadeia de custódia, para evitar que o documento sofra alterações indevidas, e possibilita a rastreabilidade dos processos, além de estabelecer a temporalidade de cada documento, o que impede a guarda desordenada e cria uma massa documental acumulada, como existe nos documentos analógicos.

Nesse aspecto, é importante destacar a necessidade de se adequar o tempo administrativo e o tempo do fazer arquivístico. Os gestores querem que o sistema esteja implantado na estrutura administrativa o mais rápido possível, porém é importante explicar que a criação desses instrumentos de gestão leva um tempo entre a coleta de dados, a análise até sua respectiva elaboração. Por isso, é importante equacionar o desejo e a realidade. Em outras palavras, o estado da Paraíba não fez a gestão documental, portanto, não convém querer implantar um sistema para produzir, tramitar e armazenar os documentos nato-digitais sem estabelecer, a priori, os instrumentos de gestão documental. Esse, entretanto, é o maior problema que enfrentamos, pois as gestões públicas estão vinculadas às questões políticas, que, na maioria dos casos, não entendem a necessidade de tempo para gestar os elementos indispensáveis para o trabalho. Também não podemos deixar que o software seja implantado sem os requisitos arquivísticos.

Em terceiro lugar, o palestrante falou da necessidade de se criar um repositório arquivístico para guardar e preservar os documentos de longo prazo, estabelecidos em tabela de temporalidade, porque os documentos digitais não podem ficar armazenados no ambiente de gestão, pois isso poderá acarretar alterações indevidas ou a perda desses documentos. Além disso, a legislação brasileira e a paraibana estabelecem o recolhimento dos documentos permanentes para ambiente de preservação, pois são inalienáveis e imprescritíveis.

O palestrante referiu que os documentos arquivístico digitais precisam de todos esses elementos por apresentar características específicas e complexas, como, por exemplo, forma fixa, conteúdo estável, presunção de autenticidade e fragilidade do suporte. A facilidade de se alterar um documento digital não pode existir para o documento arquivístico. É importante, neste caso,

manter a forma fixa e o conteúdo estável que o documento apresentou no momento em que foi produzido. Entendo que esses elementos se mostram como sistêmicos, ou seja, devemos cuidar deles durante todo o ciclo de vida do documento, o que poderá garantir a autenticidade, a confidencialidade e a integralidade do acervo produzido pelo Estado.

O palestrante também ressalta a importância da participação do APEPB nesse momento de construção do software de gestão, pois, se as instituições passarem a utilizar um sistema com todos os requisitos arquivísticos, não perderemos mais documentos estatais. Além disso, o trabalho deve ser abrangente e estabelecer normas para os processos de digitalização que o Estado desenvolve ou está a desenvolver. Tudo deve ser pensado e estruturado numa perspectiva colaborativa entre as instituições participantes de maneira interdisciplinar.

4 DEBATE

Depois das palestras, iniciou-se o debate com perguntas enviadas pelos participantes via chat no Youtube. A primeira pergunta se referia aos canais de comunicação de que o APEPB dispunha. A Diretora Naiany Carneiro respondeu que o Arquivo está trabalhando para criar redes de comunicação com a sociedade, que o site está sendo concluído e que, atualmente, só havia o e-mail institucional. O APEPB está conversando com a Secretaria de Comunicação (SECOM) para que sejam criados outros canais e perfis nas redes sociais, pois, de acordo com ela, estamos na web 3.0, e o Arquivo irá se lançar nessas formas de comunicação para conversar com a sociedade.

Uma das participantes lembrou que o arquivo tem o objetivo de capacitar os membros da Comissão Permanente de Avaliação (CEPAD) que deverá ser criada para fortalecer o trabalho arquivístico dentro dos órgãos do Estado. O Professor Josemar Henrique faz um acréscimo, informando que as CEPAD serão instrumentos de comunicação e troca de informações entre os órgãos e as entidades do estado e o Arquivo Público e como ferramenta para auxiliar na implantação do sistema de gestão que está em processo de implantação.

Outra pergunta feita foi sobre se existe algum modelo de projeto digital para o Arquivo. Novamente o Professor Josemar Henrique disse que o projeto existente e em andamento consiste em implantar um sistema de produção e tramitação de documentos encabeçado pela Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA) que o APEPB integra para auxiliar a construir os instrumentos de gestão que alimentaram o referido sistema para transformá-lo em um sistema informatizado de gestão de documentos.

Outra participante informou que o APEPB conta com um grupo de apoio, o GEArq, formado por diversos profissionais da área arquivística, e com professores dos Cursos de Arquivologia da UEPB e da UFPB. Esse mesmo grupo iniciou suas primeiras reuniões em 2011, na organização do I Encontro Estadual de Gestão Documental, e foi fundado em 2015. É o GEArq que está organizando o 4º SNA na Paraíba, com o apoio de diversas outras instituições no âmbito estadual e federal. Os palestrantes agradeceram pela participação e pelo apoio do GEArq às atividades desenvolvidas pelo APEPB.

Outra pergunta se referia ao espaço físico do APEPB. Sobre isso, o Estado havia disponibilizado alguns prédios que foram analisados, entretanto, percebeu-se que nenhum deles se encontra adequado para as necessidades de um prédio de arquivo. Nesse sentido, ainda estamos conversando com os gestores sobre a construção ou a reestruturação predial para a sede do APEPB.

O próximo questionamento foi sobre se o Arquivo irá trabalhar simultaneamente com a construção do SIGAD e do Repositório Arquivístico. O Professor Josemar Henrique explicou que o sistema que está em discussão tinha os requisitos arquivísticos e propôs à CODATA que criasse um repositório para preservar os documentos nato-digitais e os digitalizados.

A próxima pergunta foi sobre se os arquivos municipais teriam orientações, como acontece no estado de São Paulo. Em relação ao Arquivo Público, a Diretora do APEPB respondeu que algumas pessoas dessas instituições já a questionaram sobre até que ponto o APEPB pode contribuir com os arquivos municipais. Por Lei, não é competência do Arquivo Estadual oferecer essa contribuição. Entretanto, de maneira informal, têm sido dadas orientações gerais. Lembremos que o Estado não tem nenhuma cidade com arquivos públicos municipais. O Professor Josemar Henrique esclareceu que a legislação arquivística estabelece níveis diferenciados de atuação entre os poderes. Em outras palavras, cada instância de poder tem possibilidade de criar seus próprios arquivos com competência e independência.

Em relação à pergunta sobre o futuro dos arquivos e dos arquivistas com as mudanças tecnológicas, o Professor Josemar Henrique disse que a existência dos documentos digitais já é uma realidade. Nós, como pessoas físicas, já produzimos documentos totalmente em ambientes digitais. As instituições já produzem documentos digitais. Isso é uma realidade. Então, cabe ao arquivista organizar essa documentação, porque, independentemente de o documento ser digital ou não, ele continuará sendo um documento arquivístico, portanto, deve ser classificado, avaliado, eliminado, preservado e descrito. As funções arquivísticas não mudam porque o suporte mudou. É importante destacar que muito dos requisitos arquivísticos dos documentos não são pensados ou colocados nos softwares. Por isso o trabalho do arquivista é muito necessário.

Houve uma pergunta sobre a necessidade de infraestrutura para instalar os softwares arquivísticos. O Professor Josemar Henrique afirmou que o primeiro passo consiste em fazer um levantamento da estrutura de tecnologia da informação do Estado e fazer as adequações necessárias para implantar o novo sistema de gestão de documentos.

Sobre a questão da tecnologia de informação, é importante ressaltar que as instituições de ensino estão preparadas para discutir sobre esse tema na formação dos seus estudantes. Neste caso, a UEPB revisou o próprio projeto pedagógico e ampliou a oferta de componentes curriculares na área de TI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, durante seu percurso histórico, pode-se notar, de modo generalizado e de acordo com a literatura, um crescimento desordenado da massa documental em todas as instâncias de poder além do desconhecimento das reais atividades de um arquivo. Tudo isso gerou um legado de perda de documentos, descontrole e aumento da burocracia que onerou os cofres públicos e o próprio cidadão.

Portanto, discutir e debater sobre os arquivos públicos é importante, tendo em vista que são instrumentos da democracia, da economia dos recursos e da transparência pública, pois lidam com a preservação e o acesso aos documentos produzidos e recebidos pelas instituições. Em outras palavras, a memória da sociedade. Hoje os arquivos estão se reinventando a partir das mudanças no suporte, causadas pela Tecnologia da Informação.

Podemos inferir que os arquivos públicos, principalmente o APEPB, criado nesse turbilhão de alterações, conseguem, de acordo com as falas apresentadas nessa palestra, interagir não só com seu labor natural de tratar os documentos analógicos, como também atuar nas instituições, no sentido de contribuir com a produção, a tramitação, a classificação, a avaliação e a descrição dos documentos arquivísticos digitais. O papel do arquivista se moldou, por causa do seu trabalho com os documentos, e os arquivos não podem ficar atrasados na realidade em que as instituições estão inseridas.

O Arquivo Estadual da Paraíba (APEPB) demorou para sair do papel, porém, em um curto período, já tem apontado e demonstrado sua importância para a administração pública estadual. Mesmo sem um aparato de recursos humanos, materiais e financeiro, sua atuação desponta como um elemento importante na dinâmica administrativa.

Ainda falta muito para que o APEPB atinja o mesmo nível de outras instituições do mesmo gênero no Brasil, como, por exemplo, definir uma sede que possa receber não só os elementos administrativos da própria instituição como também os documentos que devem ser recolhidos como arquivos permanentes e nomear os demais servidores da estrutura administrativa do APEPB, incluindo todos os recursos necessários para o desenvolvimento de suas funções atribuídas pela Lei 11.263 de 2018.

REFERÊNCIA

PARAÍBA, Lei Estadual 11.263 de 29 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a criação do Arquivo Estadual da Paraíba, do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política e arquivos públicos e privados de interesse público e social. Diário Oficial do Estado: João Pessoa, PB, nº 16.776, p. 3-5, 30 dez. 2018.